



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Belém-PA, 13 de junho de 2019

COTAÇÃO ELETRÔNICA - CLC/DIRAD/1

COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 01/2019

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento, sob demanda, de água mineral natural ou potável de mesa acondicionada em garrações de 20L (vinte litros), para uso nas dependências administrativas da – SUDAM, na forma disposta no Termo de Referência, Anexo 1, parte integrante deste instrumento

2. FUNDAMENTO LEGAL

2.1. As contratações realizadas pelo Sistema de Cotação Eletrônica de Preços enquadram-se, como dispensa de licitação, por limite de valor, nos termos do inciso II do Art. 24 da Lei nº 8.666/1993 e na Portaria nº 306, de 13/12/2001.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

0.1. Poderão participar de cotações eletrônicas de preços, os fornecedores que solicitarem seu credenciamento prévio junto ao Órgão Promotor da Cotação Eletrônica.

0.2. É vedada a participação de consórcios e de empresas impedidas de licitar e/ou contratar com a SUDAM ou com a Administração Pública, na forma estabelecida em lei.

4. ENVIO DE PROPOSTAS E LANCES

4.1. O envio de propostas e lances deverá ocorrer, exclusivamente, por meio eletrônico, pela Internet, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br – Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, vedada sua remessa em papel.

5. COTAÇÃO ELETRÔNICA

5.1. A cotação eletrônica será conduzida no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, a partir do dia 14/06/2019, até o dia 17/06/2019 às 17:59 h, horário de Brasília, sendo que as condições estabelecidas no Pedido de Cotação Eletrônica de Preços, de acordo com as "Instruções Gerais e Procedimentos para Utilização do Sistema de Cotação Eletrônica de Preços" e com as demais normas contidas neste documento, estarão disponíveis no sítio www.sudam.gov.br/ LICITAÇÕES E CONTRATOS/ Licitações e Contratos SUDAM/Cotações/Cotação Eletrônica nº 01/2019.

5.2. Para participar da cotação eletrônica, o fornecedor deverá digitar seu CNPJ e senha de acesso ao Sistema e assinalar, em campo próprio, a inexistência de fato impeditivo para licitar e/ou contratar com a SUDAM, ou com toda a Administração Pública, e o pleno conhecimento e aceitação das regras de que trata o subitem anterior.

5.3. A cotação de preços, bem como os lances subsequentes deverão ser registrados, em reais, para o item, com validade de 30 dias.

5.4. Será considerado vencedor da cotação eletrônica aquele que apresentar, durante o período da cotação, o lance de menor valor sendo-lhe adjudicado o objeto, desde que atenda as respectivas especificações.

5.5. Apresentar as documentações de regularidade junto ao INSS, FGTS, Receita Federal, CNDT, Declaração que não emprega menor e a Declaração de inexistência de fatos impeditivos, para fins de adjudicação.

5.6. A SUDAM poderá anular ou cancelar a cotação eletrônica, total ou parcialmente, sem que disso

resulte, para o proponente, direito a qualquer indenização ou reclamação.

6. **ACEITABILIDADE DA PROPOSTA E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO**

6.1. Como critério de aceitabilidade da proposta e adjudicação do item, será verificado:

6.1.1. Se o objeto cotado está adequado às especificações con-tidas no Anexo 1 do Termo de Referência;

6.1.2. Se o valor da compra está dentro do valor estaimado em **R\$ 17.570,00**, conforme descrito na consulta de preços.

7. **CONTRATAÇÃO**

7.1. As contratações oriundas das cotações eletrônicas serão formalizadas pela emissão de Nota de Empenho que será comunicada ao adjudicatário.

7.2. As obrigações recíprocas entre a Contratada e a SUDAM correspondem ao estabelecido nas presentes Condições Gerais da Contratação, seus anexos e no Pedido de Cotação Eletrônica de Preços.

7.3. Em caso de manifestação de desistência do fornecedor, fica caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, consoante o estabelecido no Art. 81 da Lei nº 8.666/1993, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

7.4. A eventual rescisão do ajuste se dará nas hipóteses previstas na Lei nº 8.666/1993, não cabendo, à Contratada, direito a qualquer indenização.

8. **DA QUALIFICAÇÃO E LAUDOS**

8.1. Para a análise da proposta:

8.1.1. As licitantes deverão cumprir as disposições constantes dos anexos I e II da RDC nº 173, de 13 de setembro de 2006 da ANVISA;

8.1.2. As licitantes deverão apresentar os documentos exigíveis por Lei e ainda os seguintes:

8.1.2.1. Resultado de análise completa dos produtos ofertados, obedecendo ao disposto no Artigo 27, Capítulo VI do Decreto-Lei N.º 7.841 de 08 de agosto de 1945 – Código de Águas Minerais.

8.1.2.2. Resultado de exame bacteriológico comprovando a qualidade higiênica da fonte do último trimestre, obedecendo ao disposto no Artigo 27, Parágrafo Único, do Capítulo VI do Decreto-Lei N.º 7.841 de 08 de agosto de 1945 – Código de Águas Minerais.

8.1.2.3. Portaria de Concessão de Lavra da fonte, expedida pelo Ministério de Minas e Energia.

8.2. Para o fornecimento do material:

8.2.1. Os laudos de análise química e bacteriológica deverão estar em dia e poderão ser solicitados a qualquer tempo, durante a execução do contrato, pela Administração.

8.2.2. O prazo de validade mínimo dos laudos será de 6 (seis) meses da data do fornecimento e a empresa contratada deverá arcar com os custos relativos aos exames laboratoriais a que se refere este item e subitens.

8.2.3. Os garrafões deverão estar tampados e lacrados, sem vazamentos, contendo rótulo aprovado pelo DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), com as seguintes informações: nome da fonte, natureza da água, localidade, data e número da concessão, nome do concessionário, constantes físico-químicas, composição analítica e classificação, segundo o DNPM, volume do conteúdo, carimbo com ano e mês do engarrafamento. Somente serão aceitos os garrafões cuja validade esteja vigente, dentro do limite de até 3 (três) anos, conforme Portaria DNPM nº 387, de 19 de setembro de 2008

9. **DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DO OBJETO**

ITEM	OBJETO	Quan <u>t</u> idade (unid)
1	Água mineral, natural, hipotermal na fonte, potável, sem gás, acondicionada em garrafão retornável, capacidade de 20 litros, lacrado, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral e Agência Nacional de Vigilância Sanitária.	3.500

10. **DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA, LOCAL DO FORNECIMENTO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

10.1. A água mineral de 20L será entregue em acondicionamento apropriado, no todo ou em parte, de acordo com a necessidade de consumo, conforme solicitação prévia encaminhada pelo Almojarifado da SUDAM e deverá ser entregue no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após solicitação via telefônica ou via e-mail à empresa Contratada.

10.2. Somente admitir-se-á prorrogação de prazo de entrega quando verificada a ocorrência de pelo menos uma das hipóteses previstas no § 1º do Art. 57 da Lei 8.666/93, devendo ser adotado o procedimento previsto no § 2º do citado dispositivo legal, mediante solicitação da contratada, aprovada pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

10.3. O produto adquirido deverá ser recebido pelo Serviço de Almojarifado, no Edifício Sede da SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – SUDAM – Trav. Antônio Baena, Nº 1113, Bloco E – Belém-PA, no horário das 08 às 11 horas e das 14 às 16 horas.

10.4. Deverá ser verificada a equivalência do material entregue, com as especificações contidas neste Termo de Referência confrontada, também, com a proposta de preços apresentada pela empresa vencedora. Não será aceito material divergente quanto à marca ou especificação diversa da informada na proposta vencedora.

10.5. A Nota de Empenho poderá ser enviada por meio de e-mail com confirmação de recebimento, ou entregue pessoalmente por servidor qualificado do Órgão ou recebido por representante da empresa junto ao Órgão.

10.6. Fornecer o material cotado incluindo todas as despesas, tributos e encargos de qualquer natureza incidentes sobre os materiais, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

10.7. O produto deverá ter validade MÍNIMA de 06 (seis) meses a contar da data de seu recebimento.

10.8. Todas as entregas do material deverão ser acompanhadas de Notas de Entrega.

10.9. O produto será inspecionado no ato do recebimento e será devolvido sempre que o mesmo não conferir com as especificações referidas no empenho ou não estiver de acordo com a especificidade do objeto.

10.10. O material será recebido PROVISORIAMENTE em até 02 (dois) dias úteis, contados da entrega dos materiais no Almojarifado da SUDAM, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação constante do Termo de Referência.

10.11. O material será recebido DEFINITIVAMENTE em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante atesto definitivo na Nota Fiscal.

10.12. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou do termo de referência.

10.13. Caso o material seja rejeitado por estar em desacordo com as características estipuladas neste Termo, a contratada terá prazo de 24 (vinte e quatro) horas para substituí-lo até que satisfaça às exigências de aceitação, independentemente das sanções previstas neste termo.

10.14. O aceite/aprovação do material pela SUDAM não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade, qualidade ou disparidades com as especificações aqui estabelecidas e verificadas posteriormente, garantindo-se a SUDAM as faculdades previstas nos arts. 12, 13, 17 a 27 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

11. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. As obrigações da Contratada e da Contratante, serão aquelas mencionadas nos itens 7 e 8 do Termo de Referência, parte integrante deste instrumento.

12. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

12.1. Em caso de descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no item 10 do Termo de Referência, além de outras previstas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93:

13. DA FORMA DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado de acordo com as disposições do item 9 do Termo de Referência.

14. PROPOSTA DE PREÇO

14.1. A proposta de preços deverá ser conforme o modelo demonstrado no Anexo II das Condições Gerais

de contratação.

15. **INFORMAÇÕES E CASOS OMISSOS**

15.1. Informações complementares poderão ser obtidas no órgão contratante, a partir da divulgação do Pedido de Cotação Eletrônica de Preços, pelo telefone (91) 4008-5611 ou pelo e-mail marcos.almeida@sudam.gov.br, sendo resolvidos os casos omissos pela Diretoria de Administração da SUDAM.

15.2. O Termo de Referência para esta Cotação Eletrônica e o Anexo II estarão disponíveis no site www.sudam.gov.br.

16. **FORO**

16.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal-Seção Judiciária do Estado do Pará para dirimir questões oriundas desta cotação eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Djair Bandeira Alves, Assistente Técnico**, em 13/06/2019, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0163180** e o código CRC **F79D13F3**.